

## MUNDO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: NOVOS E VELHOS DESAFIOS?

**Elizardo Scarpati Costa<sup>1</sup>**

**Pablo Emanuel Romero Almada<sup>2</sup>**

Pensar as relações de trabalho contemporâneas e suas implicações na vida das pessoas, bem como as transformações sociais implicadas por esses processos foi um dos objetivos alcançado na organização deste dossiê, intitulado “Mundo do Trabalho no século XXI: novos e velhos desafios?”. Os artigos selecionados apresentaram contribuições teóricas e metodológicas para o universo da Sociologia do Trabalho, avançando em temas referentes às transformações histórico-sociais e às distintas concepções teóricas e práticas do Mundo do Trabalho no capitalismo contemporâneo. As contribuições são provenientes de pesquisas teóricas e empíricas, que discutem os novos sentidos da precariedade, da flexibilidade e da fragmentação do trabalho, além das contribuições oriundas das análises sobre os novos padrões de regulação do trabalho, no campo da Sociologia e de outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, ao lançarmos a proposta deste número, estamos perante uma mistura de abordagens, clássicas e contemporâneas, que emergem a partir das distintas realidades das relações

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia (Universidade de Coimbra, Portugal). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande. <http://lattes.cnpq.br/3343396607035563>. <https://orcid.org/0000-0002-4367-8810>. E-mail: [elicarpati@gmail.com](mailto:elicarpati@gmail.com). Endereço para correspondência: Universidade do Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e de Informação. Avenida Itália, km 8, Carreiros, Rio Grande, RS, Brasil. CEP: 96203-900. Telefone: (55 53) 32935123.

<sup>2</sup> Doutor em Democracia no Século XXI (Universidade de Coimbra, Portugal). Professor da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. <http://lattes.cnpq.br/7062417040047787>. <https://orcid.org/0000-0002-3729-8360>. E-mail: [pabloera@gmail.com](mailto:pabloera@gmail.com).

laborais, demonstrando a força que estes estudos apresentam na composição das pesquisas sociológicas nas universidades brasileiras.

O Mundo do Trabalho e as relações laborais que nele se constroem e reconstroem, são cada vez mais marcados pela presença de formas de trabalho precárias. Desse modo, se durante os anos 1980 se problematizou a questão do fim do trabalho, durante os anos 1990 e 2000 se reafirmaram as capacidades estruturais do trabalho, mesmo que afetadas pelo neoliberalismo e pela globalização. O panorama para o início do Século XXI, por seu turno, aponta para desestruturações mais profundas, marcadas pela flexibilização de direitos, por ampliação de jornadas de trabalho, por intensificação do uso da força de trabalho, pela redução e incerteza salarial, dentre vários outros aspectos. Essas mutações reforçaram a necessidade de revisões analíticas e o surgimento de novas abordagens, com o intuito de responder às complexas vicissitudes ensejadas pelas relações de trabalho.

Assim como a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro de finais do Século XIX e início do Século XX ocasionou novas relações de produção, a última passagem de século alterou o modo como se produz, comprimiu a noção de “espaço-tempo”, consolidou e expandiu os mercados mundiais, compondo um novo e complexo mundo capitalista. Desenvolveu-se, portanto, um novo modo de viver, com um impacto inegável sobre a cultura das diferentes populações, no Norte e no Sul globais. Novas tecnologias surgiram, algumas delas assentes na inteligência artificial (AI), que sustentam modificações profundas sobre o trabalho: novas formas de empregos, novos produtos, outras formas de sociabilidades, inovações nas formas de exploração, hegemonia de plataformas e trabalho por aplicativos. Essas são as dimensões imbricadas nos processos de globalização e que, na faceta neoliberal, adquirem uma forma perversa, atacando o trabalho, a subjetividade dos trabalhadores e impondo ideologias de consumo dessubjetivantes. Se é verdade que as pesquisas sociológicas sobre o trabalho tendencialmente têm apontado para o surgimento

de formas precárias de trabalho a nível global, também é verídico que seus efeitos estão mitigando ou encobrendo situações reais de trabalho penalizadoras para a chamada "classe-que-vive-do-trabalho" (Antunes, 1999). Essa análise contradiz, grosso modo, as retóricas de modernização depositadas nas eventuais virtudes da flexibilidade laboral, via reformas laborais nacionais.

A hegemonia de empregos precários no atual Mundo do Trabalho tem como tipologia o modelo de emprego flexível de caráter temporário, parcial, instável, com poucos direitos e mal remunerado, o que indica as regras para o emprego na era digital. As imbricações entre o trabalho e a digitalização tem resultado em dimensões complexas que ultrapassam os setores produtivos das tecnologias da informação, alcançando uma aceitação por diversos ramos produtivos das economias contemporâneas. Por outro lado, reconhecemos que o termo "precariedade" está condicionado pelo modo como cada país distingue entre emprego precário e não precário, e como implementa a precariedade, distinção que é observada também a partir de reformas consoantes aos ordenamentos jurídicos nacionais.

Do ponto de vista sociológico, a precariedade está frequentemente associada às experiências subjetivas e aos processos de desfiliação social, sobretudo, quando pensamos no sujeito que circula entre empregos inseguros e mal pagos, não desfrutando de segurança no trabalho. Ainda que nem todas as formas de trabalho possam ser vistas diretamente como precárias, há uma ambivalência em torno da flexibilidade, do salário e das condições de vida propiciadas, que muitas vezes podem tratar de modo fatalista ou consequente dessas mudanças (Costa & Costa, 2018). Por exemplo, o emprego flexível pode significar a opção por um certo modo de vida, pode estar associado a um trabalho altamente qualificado ou a processos de aprendizagem contínua, ou ainda, ao reforço da capacidade negocial dos indivíduos com a entidade empregadora.

A fragmentação dos processos de trabalho, tomados à luz das transformações conjunturais, apresentam fundamentos estruturantes da subjetividade, além de novas práticas que passam a ser incorporadas pelas estruturas sociais (Véras, Ramalho & Rosenfield, 2019). Considerando que tal relação não é meramente direta e automática, a historicidade (interna e externa das estruturas) realizam um efeito interrelacional, mantendo um descompasso entre as estruturas e as práticas sociais, campo fecundo para o surgimento de concepções teóricas plurais sobre as relações laborais. Aliado a esse caráter, as crises do capitalismo possibilitam novas configurações do trabalho como consequências das tensões entre economia e política, campos que aparentemente se autonomizam das esferas produtivas, impondo racionalidades próprias, mas que desconsideram as relações subjetivas dos trabalhadores no interior do processo produtivo. Efetivar uma perspectiva de pluralidade epistemológica não significa apenas refazer uma síntese das transformações históricas do trabalho, mas sim reconstruir os pontos de apoio e de conexão entre a totalidade do capitalismo (produção, consumo e reprodução), as particularidades desses processos em termos histórico-sociais e as singularidades como efeitos combinados entre o controle, a ideologia e as práticas resultantes (Costa & Almada, 2018).

Em termos ideológicos, as políticas de produção, ou seja, “as lutas travadas dentro da arena de produção sobre as relações na e da produção e regulamentadas por aparelhos de produção” (Burawoy, 1990, s.p.), caminharam a partir do toyotismo no sentido de implementar um novo processo de reestruturação das empresas com novas relações laborais, o que demarca o modo de ser do trabalho na atualidade, ou seja, sua morfologia, pauta-se na crescente degradação e, a partir do espaço da produção, o capital amplia o controle e a flexibilização das relações laborais, consoante à transnacionalização de empresas e à financeirização dos lucros.

A partir disso percebemos, portanto, novos padrões de regulação do trabalho; relações laborais (condições de trabalho e gestão do emprego); processos de

subcontratação; reformas trabalhistas; estudos comparativos; informalidade do trabalho; relações de desigualdade de classe, de gênero e de raça nos mercados; trabalho industrial e do campo; emprego digital; estudos etnográficos e de trajetórias dos trabalhadores. O objetivo é trazer à tona análises criadas pelas mudanças no Mundo do Trabalho, enfatizando dimensões conhecidas da Sociologia do trabalho, tais como: Terceirização, Flexibilização, Reforma Trabalhista, Mercado de Trabalho e Uberização nos marcos de uma proposta mais interdisciplinar na fronteira das Ciências Sociais e da Sociologia do Trabalho.

Nesse sentido, também podemos questionar como que as relações de flexibilização e precarização podem ser aprofundadas e combinadas com dimensões já existentes dos processos estruturais em curso, para o desmantelamento da sociedade do trabalho, em torno de processos neoliberais de redução do Estado e dos direitos sociais, em voga nas economias capitalistas atuais. Essa é uma dimensão nova, a qual merece ser estudada devido aos impactos que serão gestados, a curto, médio e longo prazo, o que implica não apenas em novas configurações do Mundo do Trabalho, mas também, em novos enfoques sociológicos, algo cabível nas concepções de pluralidade epistemológica que temos trabalhado ao longo dos últimos anos.

A seleção de artigos para o dossiê permitiu com que novas percepções sobre o trabalho dialoguem em torno de uma abertura científica em seus pressupostos teóricos, empíricos e metodológicos. Isso se coaduna com caminhos de pesquisa já trilhados anteriormente, como das revisões teóricas no campo da Sociologia do Trabalho e o apontamento para uma perspectiva plural na construção epistemológica para a compreensão de novas orientações da realidade social (Costa & Almada, 2021). Para tanto, gostaríamos de oferecer uma pequena contribuição, para pensar o sentido e o significado de pluralidade epistemológica, bem como suas interligações ao Mundo do Trabalho. Há, desse modo, pelo menos três significados pertinentes para esse conceito.

O primeiro é proveniente de uma noção do *fazer sociológico*, assim como C.W. Mills definia o seu “artesanato intelectual”: a incorporação, no trabalho sociológico, da experiência de vida e profissional; a autorreflexão, a tomada de notas, entre outros aspectos que, no tocante de uma prática sociológica podem resultar em várias ideias, ou seja, uma espécie de “lógica de combinação e o acaso” (Mills, 1982). Para colocar em prática a imaginação necessária ao artesanato, exige-se a incorporação de diversos pontos de vista, para então observar diversos ângulos de um fenômeno. Pluralidade, nesse sentido, são as visões de mundo dos indivíduos e dos cientistas sociais que, ao serem transpostas para a teoria, revelam quão insuficientes e excludentes são as fronteiras do pensamento, as fronteiras entre as áreas de conhecimento e entre os conceitos.

Para além dessa primeira definição, as reflexões de Pierre Bourdieu acerca do *ofício sociológico* permitem que se atente para a vigilância epistemológica, ou seja, a constante indagação sobre as condições sociais e as formas de condução da pesquisa social (Bourdieu, Chamboredon & Passeron, 2015). Em torno da relação entre o pesquisador e sua pesquisa, é desejada uma reflexão permanente de como o objeto é construído, não obstante, de como o próprio pesquisador muda perante seu objeto. A despeito das várias diferenças e significações que esse conceito adquire por parte da sociologia clássica e contemporânea, seria necessário construir noções que aprofundam as relações de trabalho de modo científico, em torno de métodos, objetos de pesquisa, técnicas de pesquisa, testes, apresentação de resultados etc.

Resta-nos, ainda, uma terceira ideia sobre pluralidade epistemológica, a qual esgarça ainda mais alguns dos limites próprios das Ciências Sociais e, especificamente, da Sociologia do Trabalho. A noção de Epistemologias do Sul, tecida por Boaventura de Sousa Santos inspira por caminhos bastante interessantes e complexos na tomada de percepções críticas das Ciências Sociais, bem como auxilia a se pensar as diversidades de processos sociais

(Santos, 2006; 2019). A modernidade ocidental impôs noções de totalidade e da classificação hierárquica no entendimento científico, bem como escalonou diversas dicotomias em torno de relações desiguais e desproporcionais, operando a lógica de funcionamento de uma razão metonímica. De acordo com essa lógica, o que é dito como inexistente ocorre justamente porque é produzido como inexistente, desconsiderando sua presença e seu potencial alternativo. Para que a sociologia não corra o risco de se edificar sobre as ausências, pode ser realizado outro movimento, que transforme as ausências em presenças, ou seja, a elaboração de uma sociologia das emergências. Esta, por sua vez, não opera monoculturas, mas as ecologias dos saberes, as ecologias das temporalidades, as ecologias dos reconhecimentos, as ecologias das trans-escalas e as ecologias das produtividades. As Epistemologias do Sul invocam ontologias outras que identificam os modos diferentes de ser dos oprimidos, e, ainda, aponta para o reconhecimento de sujeitos coletivos que resistem contra processos de opressão.

Essa composição teórica inspira-nos a pensar, deste modo, questões bastante profundas da Sociologia do Trabalho e, nesse caso, indicamos duas: a proveniência dos desenvolvimentos produtivos e tecnológicos que são dados a partir de referenciais práticos do Norte, ou seja, onde se concentra a acumulação de capital por parte de grandes empresas, dos grandes bancos e dos mercados, sendo também de onde provém parte significativa dos substratos tecnológicos que nutrem os desenvolvimentos produtivos das empresas e do mundo do trabalho, por um lado; por outro lado, a noção de que a centralidade do trabalho, ou seja, sua ontologia, é radicalmente contrária ao postulado epistemológico. De acordo com uma visão implícita das Epistemologias do Sul, supõe-se que o campo da Sociologia do Trabalho seja um dos mais rígidos das Ciências Sociais, não em termos meramente teóricos, mas sim, em termos práticos, já que os processos de trabalho, as condições de trabalho e determinadas dinâmicas de inclusão e de exclusão do mercado de trabalho são concebidas através de um olhar metonímico.

Na prática, significaria dizer que as dinâmicas contidas no cotidiano do mundo do trabalho, como a precariedade das relações de trabalho e das condições dos trabalhadores, elucidada pelos estudos de caso, poderiam, em grande medida, ser subsumidas às lógicas generalistas da totalidade do sistema capitalista, pois o trabalho não deixa de figurar como uma peça chave da engrenagem da produção industrial, dos setores de serviços, da produção de tecnologias e de informações. Concebemos que, na esteira das transformações sociais e do aprofundamento analítico das condições de precariedade do trabalho, as pesquisas e os debates acerca das condições de trabalho e as novas disposições dos processos produtivos e arranjos laborais são preocupações gerais que temos buscado abordar nos últimos anos. Os artigos aqui presentes, do mesmo modo que avançam em questões de pesquisa já exploradas anteriormente, também nos colocam presente outros desafios, como a expansão do trabalho precário para novos contextos, os efeitos das reformas trabalhistas mais recentes, as trajetórias de motoristas por aplicativos e, até mesmo, a flexibilização das relações de trabalho de profissionais das Ciências Sociais.

O dossiê é composto por quatro artigos que indicam temáticas diversas mas todas interconectadas com a Sociologia do Trabalho.

No primeiro artigo, intitulado "A invisibilidade social no ambiente de trabalho: um estudo de caso com os terceirizados de serviços gerais de uma universidade pública no estado do Rio de Janeiro", os autores analisam o contexto da precarização do trabalho, a partir da percepção dos trabalhadores terceirizados e da invisibilidade social destes em uma universidade pública no Estado do Rio de Janeiro. Como resultado, o estudo observou que os terceirizados se sentem invisíveis no ambiente de trabalho, podendo sofrer discriminação em sua profissão devido a essa condição laboral, situação descrita como uma invisibilidade empregatícia presente nos setores de prestação de serviços de autarquias e em órgão da administração pública.



Já o artigo, intitulado "Reforma Trabalhista e Precarização do Trabalho segundo atores do Direito do Trabalho", por seu turno, identifica como a Reforma Trabalhista, aprovada em 2017, visava flexibilizar as relações de trabalho. Os autores investigam como diferentes profissionais do Direito do Trabalho formularam suas concepções acerca da reforma trabalhista brasileira e seus impactos, tanto para trabalhadores em geral, quanto para si próprios, enquanto operadores do direito. Para isso, em um grupo com seis operadores do Direito do Trabalho, foram aplicadas as técnicas de grupo focal e de análise de conteúdo como recurso analítico. Os resultados obtidos na pesquisa compreendem que a Reforma Trabalhista fortalece o processo de precarização do trabalho, ao afetar a esfera laboral em três perspectivas: individual, pela fragilização das relações de trabalho e produção de inseguranças ao trabalhador; social, visto que postos de trabalho marcadamente precários passam a ser aceitos na esfera regulatória; e institucional, pois a reforma limita a atuação e autonomia da Justiça do Trabalho e dos sindicatos no enfrentamento da precarização do trabalho.

O terceiro artigo é fruto de uma entrevista intitulada "Uma categoria flexível ou a flexibilidade da categoria? As experiências de cientistas sociais em organizações não governamentais". Nele, os autores abordam as contradições no conjunto de relações laborais enfrentadas pelos trabalhadores, analisando a necessária organização para manutenção e ampliação de direitos enquanto categoria profissional, e fazendo reflexões sobre o papel do Cientista Social, como um profissional em constante questionamento sobre sua contribuição em busca da chamada "boa vida" coletiva. Ampliando o leque de atuação profissional, devido a complexidade teórica e metodológica do devir da profissão de cientista social. Buscando uma atuação profissional prática, o autor analisa as atividades colaborativas desempenhadas por cientistas sociais em organizações não governamentais (ONG). As entrevistas apresentam trajetórias de Cientistas Sociais, atuantes em diversos contextos na região Amazônica, e seus pontos de vista sobre essa categoria profissional cientista social e suas contribuições para

projetos que valorizam questões de direitos humanos e socioambientais na região.

Por fim, o quarto artigo, “A aparência e a essência da Uberização do Trabalho”, traz para o debate o fenômeno da uberização e suas consequências para o tipo de trabalho realizado no mundo contemporâneo, como novas formas de controle, gerenciamento e organização do trabalho, disparidade da regularidade do assalariamento formal, acompanhado geralmente pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas, gerando uma precarização dos direitos laborais, desrespeito e descumprimento contumaz de direitos elementares. O artigo trata das ilusões da uberização do trabalho ao investigar esse processo, à luz das trajetórias pessoais e profissionais de homens e mulheres que exercem a atividade de motoristas de aplicativo. O artigo se vale, para sustentar seus argumentos, de coleta de dados com base em pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir da observação direta, da análise de documentos e da realização de entrevistas semiestruturadas com motoristas de aplicativo da região metropolitana de Campinas-SP e São Paulo-SP.

Em torno das questões exploradas pelos artigos deste dossiê, observa-se uma crescente necessidade de refletir e revisar as abordagens que fundamentam a Sociologia do Trabalho, bem como o aprimoramento de métodos de pesquisa que sejam suficientes para abarcar as novas dimensões do trabalho na contemporaneidade. Esses desafios, portanto, indicam dois caminhos: o primeiro, relativo a uma identificação das conflitualidades sociais e as "lutas de classe no século XXI", observando as tendências de concentração de riqueza e de poder; o segundo, relativo aos incrementos tecnológicos e seus impactos no mundo produtivo, que aprofundam cenários de destruição dos empregos e fragmentação da força de trabalho (Estanque & Costa, 2018). Assim, as novas configurações do Mundo do Trabalho permanecem em aberto, ensejando caminhos sociológicos, históricos e políticos para abarcar uma ínfima parte desses fenômenos sociais.

## REFERÊNCIAS

Antunes, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Bourdieu, Pierre, Chamboredon, Jean-Claude, & Passeron, Jean-Claude (2015). *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes.

Burawoy, Michael (1990). *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*. London: Verso.

Costa, Elizardo S. & Almada, Pablo (Orgs.) (2021). *Trabalho e pluralidade epistemológica*. Curitiba: CRV.

Costa, Elizardo S. & Almada, Pablo (2018). Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade. *Sociologia*, XXXV, 161-179.

Costa, Elizardo S. & Costa, Hermes A. (2018). Precariousness and call centre work: operators' perceptions in Portugal and Brazil. *European Journal of Industrial Relations*, 24(3), 243–259.

Estanque, Elísio & Costa, Hermes A. (2018). Trabalho e desigualdades no Século XXI: velhas e novas linhas de análise. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.spe, 261-290.

Mills, Charles W. (1982). *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

Santos, Boaventura S. (2019). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica.

Santos, Boaventura S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.

Véras de Oliveira, R., Ramalho, José R., & Rosenfield, Cinara (2019). A sociologia do trabalho e suas interfaces: trajetória e tendências atuais. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 90, 1-28.

## MUNDO DO TRABALHO NO SÉCULO XXI: NOVOS E VELHOS DESAFIOS?

### Resumo

Texto de apresentação do dossiê temático "Mundo do trabalho no Século XXI: novos e velhos desafios?".

### Palavras-chave

Mundo do trabalho. Século XXI.

## EL MUNDO DEL TRABAJO EN EL SIGLO XXI: ¿NUEVOS Y VIEJOS RETOS?

### Resumen

Presentación del dossier temático "El mundo del trabajo en el siglo XXI: ¿nuevos y viejos desafíos?".

### Palabras clave

Mundo del trabajo. Siglo XXI.

## THE WORLD OF WORK IN THE 21ST CENTURY: NEW AND OLD CHALLENGES?

### Abstract

Presentation of the thematic dossier "World of Work in the 21st Century: New and Old Challenges?".

### Keywords

World of Work. XXI Century.

## **CONTRIBUIÇÃO**

### **Elizardo Scarpati Costa**

O autor declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (equânime), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

### **Pablo Emanuel Romero Almada**

O autor declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (equânime), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

## **CONFLITOS DE INTERESSE**

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

## **PROCEDIMENTOS ÉTICOS**

Os autores declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

## **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelos recursos que viabilizaram a realização do estudo a partir do qual os dados desta contribuição foram obtidos.



## COMO CITAR

Costa, Elizardo S. & Almada, Pablo E. R. (2023). Mundo do trabalho no Século XXI: novos e velhos desafios? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 10(27), 46-62.